

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Zero Hora

Class.: _____

Data: 25.10.80

Pg.: _____

ZH/Brasília

Ana Amélia Lemos

Emancipação indígena e interesses econômicos

As entidades de defesa e proteção do índio devem ficar atentas ao pedido entregue nesta semana à Funai, em Brasília, através do qual 164 índios Xóklens solicitam a liberação de tutela (emancipação) para a reserva indígena de Ibirama, localizada no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Nessa reserva, vivem 869 índios puros e mestiços e os quatro líderes que vieram a Brasília para os primeiros contatos na Funai, objetivando a emancipação, não parecem dispostos a mudar de idéia da intenção de livrar-se da tutela da entidade, desejando apenas que a área, por direito, fique sob seu domínio.

O requerimento, que foi assinado por 134 índios puros (Botocudos e Caiganques) e 30 mestiços de primeiro grau, foi para a Procuradoria Jurídica da Funai, para que promova o exame legal do pedido. Mas, antes de qualquer decisão, será necessário um minucioso inquérito antropológico junto à comunidade indígena de Ibirama para saber se, sob esses aspectos, há condições de atender a solicitação dos líderes índios. Para poder assinar um documento desse tipo, como prevê o Estatuto do Índio, ele precisa ter mais de 21 anos e conhecer a língua portuguesa. A área onde vive essa comunidade indígena é rica em ma-

deira, especialmente cedro, sassafrás e pinuto. Em 1976, esse mesmo grupo já manifestava a intenção de se emancipar, mas não se consumou por uma mobilização que, já na época, indicava interesses econômicos incluídos na questão, pois muitos grupos estão vivamente interessados em explorar a madeira ali existente. Parte da reserva será inundada por uma represa a ser construída pelo DNOS e os caciques consideram oportuno o pedido de emancipação, já que desejam gerir seus próprios negócios. Como há um caráter de certo ineditismo nesse pedido, aumenta a necessidade de um levantamento antropológico e também legal, para saber se a emancipação deve ser consumada. Como os índios que vivem nas reservas localizadas no Sul são exatamente os mais aculturados, é possível que esse aspecto venha a ser considerado na solicitação feita pelos caciques indígenas. Por enquanto, a Assessoria Jurídica da Funai não tem idéia do tempo necessário para as investigações que, depois de encerradas, vão ser analisadas pela presidência do órgão tutor, Conselho Indigenista da Funai, e aprovadas nas duas instâncias, encaminhadas ao Palácio do Planalto, para receberem a aprovação do presidente da República.